



O legado dos Parques Infantis como equipamentos recreativos, educacionais e urbanos: dois exemplares de Santo Amaro, São Paulo

The legacy of Children's Parks as recreational, educational and urban facilities: two examples
from Santo Amaro, São Paulo

El legado de los Parques Infantiles como equipamientos recreativos, educativos y urbanos:
dos ejemplos de Santo Amaro, São Paulo

Luciana Monzillo de Oliveira
Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-5299-1120>
<http://lattes.cnpq.br/4466485917049814>
luciana.oliveira@mackenzie.br

Adriana Monzillo de Oliveira
Fundação Armando Álvares Penteado (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-9882-2747>
<http://lattes.cnpq.br/6762218882880121>
amoliveira@faap.br

Resumo

O artigo aborda a relação entre equipamento educacional infanto-juvenil e o contexto urbano na cidade de São Paulo entre os anos de 1935 e 1985, período em que perduraram as instituições públicas denominadas de parques e recantos destinados ao atendimento das crianças e jovens das classes operárias. O objetivo é recuperar a história dos parques infantis e ilustrar como os equipamentos implantados em grandes áreas, em pontos estrategicamente localizados e com relativa permeabilidade visual entre o interior e o exterior dos lotes contribuíram com o ideário de equipamento público integrado à vida dos bairros. A pesquisa de base historiográfica apoia-se sobre o argumento de que a implantação e a posterior desativação dos parques infantis em função da modernização das políticas educacionais na área infanto-juvenil refletiram em alterações não apenas nos parâmetros pedagógicos e sociais, como também na articulação do equipamento educacional com o seu entorno imediato.

Palavras-chave: Parque Infantil. Santo Amaro. Política Pública Educacional.

Abstract

The article addresses the relationship between children's and youth educational equipment and the urban context in the city of São Paulo between 1935 and 1985, a period in which public institutions called parks and corners for the care of children and young people from the working classes lasted. The objective is to recover the history of playgrounds and illustrate how the equipment installed in large areas, in strategically located points and with relative visual permeability between the interior and exterior of the lots contributed to the ideal of public equipment integrated into the life of the neighborhoods. The historiographical based research is based on the argument that the implementation and subsequent deactivation of playgrounds due to the modernization of educational policies in the children's area reflected in changes not only in the pedagogical and social parameters, but also in the articulation of the educational equipment with its immediate surroundings.

Keywords: Playground. Santo Amaro. Educational Public Policy.

Resumen

El artículo discute la relación entre el equipamiento educativo para niños y jóvenes y el contexto urbano en la ciudad de São Paulo entre 1935 y 1985, período en el que duraron las instituciones públicas llamadas parques y rincones para el cuidado de niños y jóvenes de las clases populares. El objetivo es recuperar la historia de los parques infantiles e ilustrar cómo los equipamientos instalados en grandes áreas, en puntos estratégicamente ubicados y con relativa permeabilidad visual entre el interior y el exterior de los lotes contribuyeron al ideal de equipamiento público integrado a la vida de los barrios. La investigación de base historiográfica parte del argumento de que la implementación y posterior desactivación de los parques infantiles a raíz de la modernización de las políticas educativas en el área infantil reflejó cambios no solo en los parámetros pedagógicos y sociales, sino también en la articulación del equipamiento educativo con sus los alrededores más cercanos.

Palabras claves: Parque infantil. Santo Amaro. Política Pública Educativa.

Recebido: 21/08/2023

Aprovado: 20/11/2023

Introdução

O presente artigo aborda a relação entre equipamento educacional infanto-juvenil e o contexto urbano na cidade de São Paulo entre os anos de 1935 e 1985, período em que perduraram as instituições públicas denominadas de parques e recantos infanto-juvenis. Os equipamentos usufruíam da prerrogativa de serem elementos atrativos à população e conseqüentemente foram utilizados como propaganda política dos consecutivos governos municipais.

Os Parques Infantis foram implantados pelo poeta e romancista Mário de Andrade (1893-1945) durante sua participação como Secretário da Cultura do Município de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938, na gestão do então prefeito Fábio da Silva Prado (1887-1963), que governou a cidade entre 1934 e 1938. Os equipamentos eram destinados ao atendimento das crianças e jovens das classes operárias e faziam parte do ideário de Mário de Andrade que pretendia mitigar os problemas sociais e culturais da população mais vulnerável, pois considerava inadmissível a divisão no acesso à cultura entre a elite e o povo, uma vez que todos deveriam ter acesso ao legado cultural brasileiro (PESAVENTO, 2015).

Os parques infantis podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana e a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços (FARIA, 1999, p. 2).

Miranda (1942) associa a criação dos Parques Infantis com os precedentes propostos por três educadores atuantes no final do século XVIII: Pestalozzi, Fichte e Froebel. Segundo o autor, Pestalozzi preconizava que a educação infantil era incumbência exclusivamente materna, enquanto Fichte era a favor da delegação ao Estado da responsabilidade de formação das crianças. Froebel, por sua vez, foi o proponente da conciliação dos dois pensamentos, recomendando que a educação infantil fosse compartilhada entre a família e o Estado, sugerindo que a criança “deve passar algumas horas do dia fora do lar, numa comunidade infantil, entretendo-se aí com atividades organizadas” (MIRANDA, 1942, p. 2). Froebel denominou os espaços que abrigariam essas atividades, de Jardins da Infância, e orientou que eles deveriam proporcionar atividades para fortalecimento físico, para estimular os sentidos e o espírito. Além disso o educador inventou alguns jogos que utilizavam bolas, cubos e quadrados e atividades manuais, como modelagem de argila e cortes em papel.

As propostas exploradas por Froebel na Alemanha, foram levadas para os Estados Unidos em 1885 pela médica Maria Azkerzewska que sugeriu a instalação de um tabuleiro de areia em um jardim público da cidade de Boston. Em 1886 já estavam instalados três desses espaços recreativos em jardins públicos, conformando os primeiros parques infantis no solo norte-americano. A ideia espalhou-se e foi implementada em outros países da Europa, tais como: Inglaterra, Áustria, Bélgica, França, Holanda e também em países sul americanos: Argentina, Uruguai e Chile (MIRANDA, 1942).

De acordo com Niemeyer (2005), no final do século XIX e início do século XX, os parques infantis passaram a ser divulgados como equipamentos lúdico-pedagógicos que respondiam a uma demanda social que estava em curso e que visava a implantação de áreas livres públicas de lazer. As reivindicações populares neste período estavam vinculadas com as questões do lazer e do tempo livre em contraposição às longas jornadas de trabalho nas indústrias. Na época também proliferaram os debates sobre a necessidade de resolução das questões relacionadas com a salubridade e as ações de higiene pública.

A tipologia lúdico-pedagógica serviu então como uma possibilidade de enfrentamento das transformações sociais e urbanas decorrentes do industrialismo e tinha como um dos objetivos afastar o público infanto-juvenil das ruas, que passaram a ser consideradas como perigosas, insalubres e inóspitas (NIEMEYER, 2005).

Durante a gestão do prefeito Engenheiro-arquiteto Luis Inácio Romeiro de Anhaia Melo, entre os anos de 1930 e 1931, iniciaram-se as discussões sobre a qualificação dos espaços livres públicos da cidade industrial moderna e três anos depois, a tipologia lúdico-pedagógica foi inserida como política pública a partir da implantação dos primeiros Parques Infantis na cidade de São Paulo pelo Ato 767, de 9 de janeiro de 1935 (SERÃO..., 1946).

Assim, o presente texto aborda o tema dos Parques Infantis de São Paulo, com o objetivo de colaborar para a discussão sobre a questão da relação entre equipamento público educacional e sua articulação com seu entorno urbano e social. O objetivo é recuperar a história dos parques infantis e ilustrar como os equipamentos distribuídos nas diversas zonas da cidade, principalmente em locais com vocação industrial, implantados em grandes lotes, em pontos estrategicamente localizados e com relativa permeabilidade visual entre o interior e o exterior contribuíram com o ideário de equipamento público integrado à vida dos bairros.

Essa integração entre equipamento e comunidade permitiu a criação de vínculos sociais e afetivos entre a população e o equipamento, tornando-se referência na prestação de serviços públicos às crianças de áreas carentes e significando lugares. Manuel Castells afirma que “a grande maioria das pessoas nas sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no **lugar**. Um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física” (CASTELLS, 1999, p. 447).

Portanto, de acordo com Castells (1999), um lugar é claramente identificável tanto na aparência quanto no conteúdo apesar das transformações pelas quais tenha passado, mesmo se atingido por processos de renovação. Guimarães (2022) corrobora essa afirmação e enfatiza a necessidade de se construir “lugares” e não apenas “espaços”, uma vez que “o lugar pressupõe a existência de um significado, enquanto o espaço é somente a infraestrutura. Dentro desse cenário, a pesquisa tem por objetivo geral discutir a importância dos parques infantis para além do seu papel como espaço institucional, aprofundando a discussão sobre a articulação do equipamento com seu território físico.

O argumento que se desenvolve é de que as referências bibliográficas que abordam o tema dos parques e recantos infantis apresentam relatos valiosos sobre a criação e o desenvolvimento da política pública de implantação dos equipamentos institucionais tanto sob o viés da prática recreativa e educacional quanto dos programas oferecidos pelas instituições, porém, o aspecto relacionado com a inserção urbana e principalmente com a destinação dos terrenos, ainda é pouco explorado e divulgado. Portanto, a hipótese que se desenvolve é de que a desativação dos parques infantis em função da modernização das políticas educacionais na área infanto-juvenil refletiu em alterações não apenas nos parâmetros pedagógicos e sociais, como também impactou as relações urbanísticas e sua articulação com o entorno imediato.

Trata-se de uma pesquisa historiográfica apoiada em três bases de dados: referências bibliográficas sobre o tema; artigos de jornais acessíveis nas bases digitais e cartografias disponíveis na base digital da Prefeitura do Município de São Paulo. Os objetos de estudo são dois parques infantis do distrito de Santo Amaro, na zona sul do município de São Paulo. Os parques infantis selecionados compreendem dois exemplares construídos em terrenos distantes apenas 900 metros: o Parque Infantil Santo Amaro, inaugurado em 1938 e localizado na Avenida Adolfo Pinheiro e o Parque Infantil Borba Gato, inaugurado em 1953 e localizado na Rua Paulo Eiró. Além da excepcionalidade da proximidade entre os terrenos, os dois equipamentos foram selecionados por representarem dois momentos diferentes de implantação dos equipamentos e por terem destinações distintas quando foram desativados.

Os Parques e Recantos Infantis de São Paulo

Em 1935 teve início em São Paulo, o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, que posteriormente constituiria a Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura. O órgão foi responsável pela implantação de um plano de assistência a infância paulistana, a partir da instalação de Parques Infantis e Recantos Infantis, com o objetivo de proporcionar uma vida saudável, alegre e instrutiva, sem custos para as famílias participantes (OS PARQUES..., 1951).

Os parques e os recantos infantis eram instituições aparentemente semelhantes, porém, destinadas a crianças de classes sociais e níveis econômicos diferentes e caracterizando, portanto, finalidades distintas. Os Parques Infantis tinham por objetivo, assistir, educar e recrear as crianças mais carentes sob todos os aspectos e os Recantos Infantis ofereciam distrações às crianças residentes em conjuntos residenciais e de apartamentos e que não possuíam área para recreação em função da exiguidade dos espaços para as atividades de lazer.

Os Recantos Infantis foram instalados prioritariamente em praças públicas próximas de áreas adensadas verticalmente. O primeiro Recanto Infantil foi inaugurado na Praça da República em 12 de novembro de 1946 (MEIO..., 1950). Em seguida foram inaugurados mais dois recantos: no Jardim da Luz e na Praça Buenos Aires (atual Parque Buenos Aires).

Inicialmente foram abertos três Parques Infantis: Dom Pedro II, Ipiranga e Lapa. Em seguida, seriam inauguradas novas unidades: Santo Amaro (1938); Barra Funda; Vila Romana; Bom Retiro (1941) e Catumbi (1942), formando um conjunto de 8 parques infantis.

Nicanor Miranda, então Chefe da Divisão de Educação e Recreio, ao esboçar um programa inicial para o plano de trabalho de implantação dos equipamentos, utilizou a seguinte definição: “Um parque infantil é um educandário ao ar livre, cuja finalidade é trazer ao conhecimento da criança os elementos da vida física, moral e intelectual, sob forma exclusivamente recreativa” (MIRANDA, 1936, p. 95).

O conceito chave aplicado na proposta dos Parques Infantis era o da educação a partir da recreação. Maria Aparecida Duarte, Inspetora Geral dos Parques Infantis do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo apresentou o seguinte objetivo do equipamento:

Educar a criança, recreando-a, é o principal objetivo do Parque infantil. Seja ele instalado na Capital do Estado ou no mais pobre Município, a sua finalidade é a mesma: a educação sob todos os seus aspectos, físico, moral, social e intelectual, obtida pelo jogo – atividade normal da criança – e pelo brinquedo organizado (DUARTE, 1941, p. 303).

Segundo Maria Aparecida Duarte (1941), para a instalação de um Parque Infantil padrão deveriam ser seguidas as seguintes premissas: um lote localizado em um bairro populoso, com área de 8 a 10 mil metros quadrados, preferencialmente plano e com boa arborização, e que permitisse a instalação de um galpão ou possuísse uma construção que pudesse ser utilizada. O programa mínimo necessário para seu funcionamento era composto, portanto, por um galpão ou espaço para as atividades de grandes eventos e para ser utilizado nos dias chuvosos; sala para os profissionais; salas para médico e dentista; biblioteca; copa, instalações sanitárias com chuveiros e vestiários.

Segundo Niemeyer (2005) a ocupação do terreno com área construída coberta era por volta de 15%, ficando o restante da área liberada para a instalação de equipamentos ao ar livre e o plantio arbóreo e arbustivo próximos às divisas, servindo de cerca-viva e sombreamento para os dias quentes do verão. Os espaços externos abrigavam equipamentos para exercícios

físicos, jogos e brincadeiras, piscina, quando possível, e uma área gramada e aberta para realização de eventos e apresentações ao ar livre.

As primeiras críticas públicas na imprensa identificavam o potencial da proposta dos equipamentos, mas já apontavam questionamentos com relação ao papel que iriam desempenhar na educação infantil:

É muito simpática a finalidade desses parques. Houve receio, a princípio, e entre alguns educadores, de que fizessem concorrência aos grupos, desviando as crianças dos bancos de estudo para os campos de divertimento e de esporte. Sabemos que algumas queixas chegaram a ser formuladas nesse sentido. A verdade, porém, é que os parques, desde que bem orientados, podem transformar-se em auxiliares das escolas públicas (NOTAS..., 1938, p. 5).

Em 1942, Nicanor Miranda apontou as alterações e revisões que foram necessárias nas premissas programáticas dos parques infantis, como resposta às críticas recorrentes. O objetivo era modificar a ideia da população de que os parques serviam apenas como campos esportivos com abrigos, galpões e aparelhos recreativos para as crianças brincarem. Então Nicanor alterou a definição de Parques Infantis para: “logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária” (MIRANDA, 1942, p.38).

Assim, aos Parques Infantis passaram a ser atribuídas três finalidades: assistir, educar e recrear, e foram incorporadas as modalidades de assistência médica, dentária e alimentar. Estas vieram somar às modalidades preexistentes de assistência social, educação e recreação, que já eram praticadas através de um conjunto de atividades: ginástica, jogos, bailados, torneios, biblioteca, jornais, clubes, música coral, modelagem, desenho, trabalhos manuais, excursões e festivais.

Em 1946 haviam somente sete parques infantis em funcionamento na capital, e a imprensa da época denunciava as falhas de estrutura e deficiência de organização dos parques existentes, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade de implantação de novas unidades. A referência de modelo continuava sendo o exemplo adotado nos Estados Unidos, onde os parques infantis ocupavam um lugar de destaque e estavam disseminados no país. A maior crítica se referia à necessidade de contratação de organismos técnicos e de educadores que efetivamente empregassem técnicas educativas nas atividades propostas:

O serviço de parques infantis, entregues à orientação da prefeitura municipal, está a exigir grandes reparos para que ele possa produzir os frutos para os quais foi criado. Inicialmente devemos acentuar que houve, de início, um erro: a falta de técnicos capazes de organizar os parques em bases sólidas e eficientes. Temos poucos parques. E esses poucos são ineficientes (SERÃO..., 1946, p. 3).

No total a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Municipalidade gerenciava, em 1946: os sete parques infantis que funcionavam em dois períodos; quatro clubes de menores e um clube de moças, distribuídos por alguns dos bairros de maior densidade de população; e um acampamento próximo à represa do Guarapiranga. Em conjunto, as unidades assistiam diariamente, aproximadamente, um total de 4.500 crianças, 600 rapazes e 150 moças, o que era considerado pouco em proporção a população da época (SERÃO..., 1946).

Em quatro anos, os números aumentaram e 1950 estavam em funcionamento em São Paulo: 22 parques infantis, 2 recantos infantis, 6 centros de rapazes e 4 centros de moças, e no conjunto foram registradas 553.453 frequências nos primeiros 6 meses do ano (MEIO..., 1950). O secretário da época, o advogado Dr. Pedro Brasil Bandecchi reconheceu a existência de algumas falhas nos parques infantis e recantos e que a solução estava dependendo da liberação de recursos já definidos pelo executivo municipal, cujo prefeito era o Sr. Amando de Arruda Pereira (1889-1955). Além disso já estava prevista a substituição dos parques infantis de Santo Amaro e Lins de Vasconcelos, em função da insuficiência de vagas diante da demanda existente (RIBEIRO, 1952, p.10).

Segundo Niemeyer (2002), a segunda metade da década de 1950 seria a mais produtiva do programa de implantação de Parques Infantis desde sua criação, pois os mesmos eram utilizados como plataforma política e tinham muito apreço pela população carente. Entre os anos de 1954 e 1960 foram construídos 61 parques infantis, sendo que destes, 34 foram implantados apenas no ano de 1956. Durante a gestão do Brigadeiro Faria Lima (1965-1969) foram inaugurados 11 novos Parques Infantis (NIEMEYER, 2002).

A partir da promulgação do Decreto-Lei 3.185, em 1956, quando é implantada a rede pública de ensino primário, os parques infantis passaram a conviver com as novas classes escolares e tem-se o início do enfraquecimento de sua força política e o Ensino primário gradativamente foi esvaziando o papel dos parques infantis (NIEMEYER, 2002).

Isso pôde ser verificado em 1968, durante a gestão do então prefeito José Vicente Faria Lima (1909-1969), quando foram inaugurados 12 cursos pré-primários, destinados a atender 720 crianças, em substituição a 12 parques infantis, que cederam seus espaços à nova configuração de salas de aulas, sendo estes: Mooca, Vila Jaguará, Consolação, Barra Funda, Vila Gomes, Vila Manchester, Casa Verde, Vila Pirituba, Jardim Japão Novo, Monções, Cruz das Almas e Santo Amaro. As classes foram formadas com 30 alunos, funcionando em dois períodos (PARQUES..., 1968).

Na ocasião, a Diretora do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, Maria Teresa Fumagalli explicou que, de acordo com especialistas em educação, estava convencida de que a melhor forma de combater o fracasso nas escolas primárias e secundárias, consistia em proporcionar ensino pré-primário às crianças. Na época, a Diretora Maria Teresa declarou em defesa da antecipação da alfabetização:

Os parques infantis se propõem a proporcionar à criança em idade pré-escolar um desenvolvimento sensorial e comunicante; favorecer especialmente as crianças portadoras de carências sociológicas; salientar a importância da prontidão para a escolaridade e, em especial, a alfabetização (PARQUES..., 1968).

Desde então os demais Parques Infantis que ainda não haviam sido readequados para se transformarem em pré-escolas foram sofrendo gradualmente processos de degradação em função da diminuição ou mesmo falta de verbas para o pleno funcionamento. Em 29 de julho de 1975 foi promulgado o Decreto nº 12.115 que regulamentou o Quadro do Ensino Municipal e seus respectivos cargos e funções dentro da carreira do Magistério Municipal. O Artigo 49 do Decreto dispõe que: “Passam a denominar-se Escolas Municipais de Educação Infantil, os atuais Parques Infantis do Departamento de Educação Infantil” (SÃO PAULO, MUNICÍPIO, 1975) encerrando assim, oficialmente estes equipamentos.

Os Parques Infantis de Santo Amaro

O distrito de Santo Amaro, juntamente com os distritos do Campo Belo e Campo Grande compõem a Subprefeitura Santo Amaro localizada na região sudoeste do município de São Paulo. A importância geográfica, cultural e social do núcleo histórico original de Santo Amaro é descrita desde sua fundação em 1552, quando surgiu o povoamento próximo do aldeamento indígena dos Guaianazes na região denominada inicialmente de Ibirapuera. Quase um século após a visita do Padre José de Anchieta, a igreja da região recebeu seu primeiro capelão, o Padre João de Pontes, em 1686. A povoação foi elevada à categoria de vila em 10 de julho de 1832 e permaneceu um núcleo independente até 1935, quando foi anexada ao município de São Paulo.

Mesmo após a anexação à Capital, a região do núcleo original permanece como uma referência e um polo de atração para a comunidade da zona sul de São Paulo, pois abriga um expressivo comércio popular e órgãos públicos e privados de significativa importância, tais como: hospitais, bibliotecas, museus e espaços culturais, cartórios, tabelionatos, Poupatempo, unidades do SESC, SENAC e do SENAI, escolas públicas, terminal de ônibus, estações de metrô e corredor de ônibus.

A região de Santo Amaro também acompanhou o processo de industrialização da capital paulista. Com o término da 2ª Grande Guerra, e a relativa estabilização da situação comercial e econômica dos países desenvolvidos, São Paulo entrou em uma nova fase de expansão baseada no desenvolvimento industrial. Com a valorização crescente dos terrenos localizados próximos à região central, aumentou-se a procura por localidades mais afastadas, como a região de Santo Amaro, para a implantação de novas indústrias.

Segundo Berardi (1981) os fatores atrativos de Santo Amaro para a implantação das indústrias foram a facilidade de transporte da produção e a existência das represas e córregos que permitiam o escoamento de detritos, o que incentivou a instalação de algumas indústrias pesadas na região.

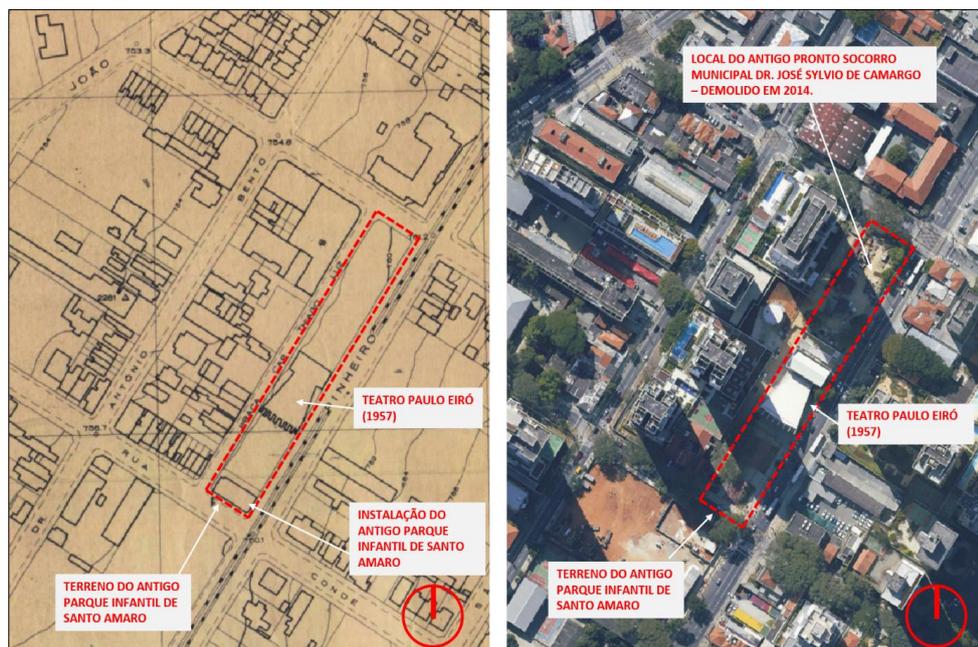
Em função de sua relevância histórica e econômica, Santo Amaro acabou sendo escolhida para sediar dois Parques Infantis: o Parque Infantil Santo Amaro (1938) e o Parque Infantil 4 (1953), atual Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI - Borba Gato.

Parque Infantil Santo Amaro

O Parque Infantil de Santo Amaro foi inaugurado oficialmente no dia 26 de junho de 1938 pelo Sr. Francisco Pati, diretor do Departamento Municipal de Cultura da época. No ato de inauguração foram apresentados números artísticos de dança, ginástica e jogos infantis (NOTAS..., 1938).

A obra foi desenvolvida pela então Subprefeitura de Santo Amaro e entregue para a administração do Departamento de Cultura. O terreno de formato retangular possuía área aproximada de 12 mil metros quadrados, conformando uma quadra isolada faceada pela Avenida Adolfo Pinheiro ao leste, Rua São José ao norte, Rua Salomão Karlik ao oeste e Rua Conde de Itu ao sul (Figura 1).

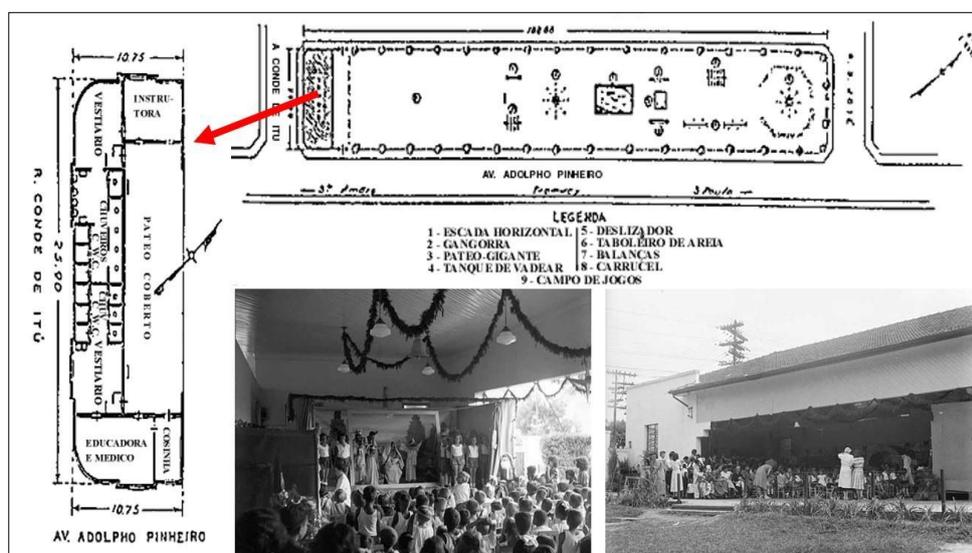
Figura 1 - À esquerda mapa de 1954 indicando o contorno do terreno e o galpão do Parque Infantil de Santo Amaro. À direita, foto aérea de 2017, mostrando o Teatro Municipal Paulo Eiró inaugurado em 1957 e implantado no centro do terreno do antigo Parque Infantil.



Fonte: Elaborado com base em dados do Geosampa (2022).

O conjunto do parque infantil era composto por um galpão de 25 metros de comprimento por 10,75 metros de largura ocupando a extremidade sudoeste do terreno, com área de 268,75 metros quadrados. O restante da área do terreno era destinado às atividades descobertas com os brinquedos infantis: gangorra, tanque de areia, escorregador, balanços e carrossel (Figura 2).

Figura 2 – À esquerda, planta da edificação do Parque Infantil Santo Amaro que ocupava a extremidade sudoeste do terreno de 12.000 m². Abaixo, fotos da edificação, em meados da década de 1950.



Fonte: Desenhos: Niemeyer, 2002, p. 116; Fotografias: Acervos... (1940-1950).

A quadra apresentava um desnível entre a Avenida Adolfo Pinheiro, no Sul, e a Rua Salomão Karlik, ao Norte, que foi resolvido através da planificação do terreno em sua cota inferior e a criação de um talude na face sudeste. Todo o terreno era fechado por gradil vazado e contornado por cerca viva de arbustos, o que permitia a integração visual e conferia ao local um aspecto de “fundo de quintal”, gerando um ambiente ao mesmo tempo acolhedor (Figura 3).

Figura 3 – Vista da área de recreação externa do Parque Infantil Santo Amaro a partir da Rua São José, na década de 1930.



Fonte: Niemeyer (2005), p. 11; Benedito J. Duarte (1938)

O Parque Infantil Santo Amaro foi desativado na década de 1950, quando o terreno do parque foi escolhido para a implantação de um Teatro Municipal de bairro. A proposta fazia parte do programa do Convênio Escolar, que era uma parceria entre o município e o Estado de São Paulo, criado em 1949 e que propôs a implantação de um conjunto de teatros nos bairros periféricos da cidade.

O mapa de 1954 (Figura 1) mostra que durante um período, conviveram no terreno, a edificação do Parque Infantil na face sudoeste e a construção do Teatro Paulo Eiró, que foi implantado no centro do terreno e que viria a ser inaugurado somente em 1957. A porção nordeste foi posteriormente ocupada pelo antigo Pronto Socorro Municipal Dr. José Sylvio de Camargo, que foi demolido em 2014 e o terreno foi utilizado para as instalações da obra de implantação da Linha 5- Lilás do Metrô.

Atualmente o Teatro Paulo Eiró tem em sua fachada principal, uma praça com um mural do artista Júlio Guerra, ocupando a porção onde antes estava implantado o galpão do Parque Infantil Santo Amaro. Na face posterior do teatro, após a conclusão das obras do metrô, os tapumes foram retirados e o local foi transformado em uma nova praça que foi inaugurada em 2 de julho de 2022 (Figura 4). A Praça denominada Adelino Ozores Neto II tem gestão participativa para uso sociocultural, economia solidária, feiras e eventos sociais, além de um parquinho infantil adaptado e acessível e área para animais de estimação (PREFEITURA..., 2022).

Figura 4 – No sentido horário: praça em frente ao Teatro Paulo Eiró; vista geral da Praça Adelino Ozores Neto II; vista dos equipamentos da Praça Adelino Ozores Neto II; vista da parte posterior do Teatro Paulo Eiró.



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Antigo Parque Infantil 4 e atual EMEI Borba Gato

O antigo Parque Infantil 4, atual Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI - Borba Gato, iniciou suas atividades em 25 de janeiro de 1953. A escola está localizada na Rua Paulo Eiró, no terreno em frente à Praça Salim Farah Maluf e próxima da Praça Floriano Peixoto (Figura 5). A quadra de 11.200 metros quadrados aproximadamente, abrigava em seu centro, a edificação do Parque Infantil e em sua face sul, a Biblioteca Pública Belmonte, que havia sido inaugurada na mesma data, formando assim um conjunto cultural e de lazer.

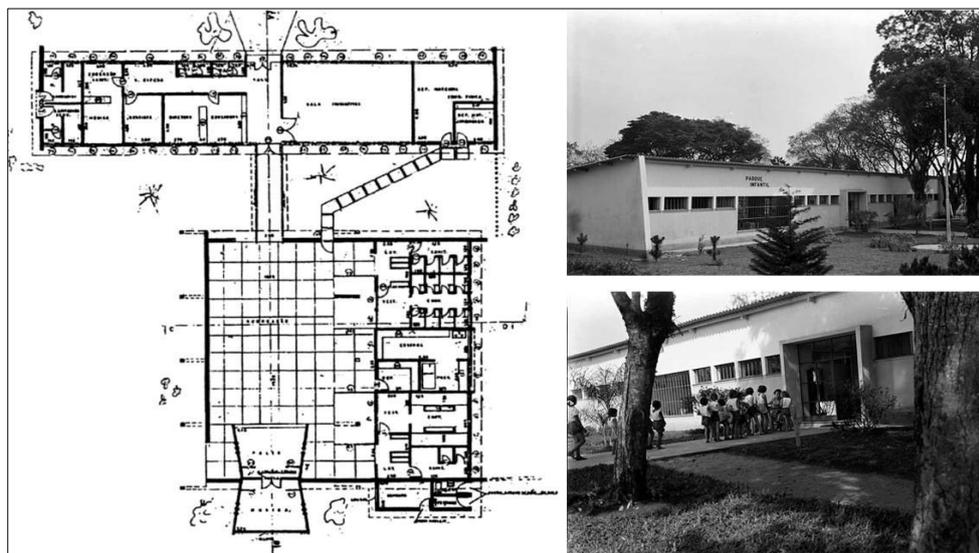
Figura 5 - À esquerda mapa de 1954 indicando o contorno do terreno e a edificação do Parque Infantil 4 – Borba Gato. À direita, foto aérea de 2017, mostrando a Biblioteca Municipal Belmonte e a edificação da atual EMEI Borba Gato.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Geosampa (2022).

A edificação destinada aos usos do Parque Infantil era composta por dois blocos unidos por uma marquise coberta. O bloco de planta regular ao leste abrigava o acesso principal, espaço administrativo, salas de atendimento individual para as crianças. O bloco de planta quadrangular à oeste continha os vestiários, cozinha, refeitório e depósitos (Figura 6).

Figura 6 – À esquerda, Planta do Parque Infantil 4, atual Escola Municipal de Educação Infantil Borba Gato e à direita, fotos da edificação em 1954.



Fonte: Desenho: Niemeyer, p. 168 (2005) e Fotografias: Gabriel Zellai (1954).

Nas imagens da Figura 7 é possível observar o fechamento vazado que contornava todo o perímetro da quadra, e os dois edifícios implantados proximamente e sem divisões entre as edificações, havendo conexão direta entre a Biblioteca e o Parque Infantil.

Figura 7 – À esquerda e ao centro, vistas da Biblioteca Infantil de Santo Amaro em 1953 e 1966. À direita, vista do Parque Infantil 4 (atual EMEI Borba Gato), em Santo Amaro, em 1953.



Fonte: Acervos..., (décadas de 1950 e 1960).

Em 1968, o Parque Infantil 4 foi selecionado para ser uma das 12 instituições que foram transformadas em pré-escolas, de acordo com a nova política educacional implantada pelo prefeito Faria Lima. Alguns anos depois o local passou a ser considerado oficialmente como uma unidade escolar a partir do Decreto nº 20.348, de 5 de novembro de 1984 (São Paulo, Município, 1984), que consolidou a criação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, durante a gestão do prefeito Mário Covas.

A partir da década de 1980, o terreno do antigo parque infantil foi dividido e ocupado por novas construções, perdendo assim sua característica de parque de recreação arborizado. Nos lotes desmembrados foram construídos a partir dos anos 1980: um anexo para a Biblioteca Pública Belmonte, cujo projeto original é do arquiteto Eduardo Corona; uma edificação para a Creche Santo Agostinho, na face noroeste da quadra; um galpão para a Associação Cultural Corrente Libertadora, instituição não-governamental, implantado na porção nordeste, e um novo conjunto de salas de aulas da EMEI na face sudoeste da quadra.

Assim, a quadra passou a ser fracionada em três usos e fechada com muros cegos por quase todo seu perímetro, restando apenas as faces no entorno da Biblioteca Pública Belmonte, com um fechamento em gradil metálico vazado (Figura 8).

Figura 8 – À esquerda, vista do fechamento frontal da Biblioteca Pública Belmonte em gradil metálico e à direita, vista do muro da EMEI Borba Gato.



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Discussões

O histórico do processo de implantação e disseminação dos parques infantis no município de São Paulo corrobora a afirmação de Pesavento (2015) de que eles serviram de base embrionária para a atual rede de educação infantil paulistana, em função de seu alcance e das transformações ocorridas no decorrer do tempo para assimilar as mudanças necessárias em respostas às críticas apontadas.

O relato do percurso temporal de dois exemplares de parques infantis do distrito de Santo Amaro, desde a inauguração até a desativação dos equipamentos, demonstrou que as qualidades de lazer e educacionais por eles incorporadas também se expressaram nas qualidades de implantação dos mesmos como objetos urbanos integrados com seu entorno e com a população local. No caso do Parque Infantil Borba Gato, a conexão com a Biblioteca Infantil Belmonte em um mesmo terreno permitiu uma solução de complementação de programas, uma vez que as crianças puderam dispor de atividades esportivas, de lazer, educacionais e culturais em um mesmo local. Já no caso do Parque Infantil Santo Amaro, o fechamento visualmente permeável do lote permitiu a integração visual e a aproximação entre a população e as atividades desenvolvidas no equipamento público.

Porém, a partir de 1968, o então prefeito Faria Lima resolveu inovar no campo do ensino municipal, transformando os parques infantis em instituição de classes de pré-primário com métodos de ensino renovados e assim alguns parques infantis foram adaptados para as novas configurações de salas de aulas, outros foram simplesmente desativados e os locais passaram a abrigar outros usos.

Faria (2015) relacionou a transformação dos Parques Infantis em Escolas Municipais de Educação Infantil como o fator responsável pela perda da ênfase no caráter lúdico e artístico acarretando também no prejuízo do caráter livre, antes possibilitado pelos jogos e brincadeiras que eram promovidos e estimulados junto às crianças. A autora considera que o atual modelo de ensino voltado para a alfabetização substituiu as brincadeiras, desestimulando e impedindo a construção de novos saberes, tanto de professores quanto dos alunos e lamentou o que

considerou como um recuo na política pública nacional de Educação ao obrigar a matrícula das crianças na pré-escola e o ingresso antecipado das crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

Por outro lado, Ana Lucia Faria (2015) viu com otimismo a criação dos Centros de Educação Unificados – CEUs, que denominou como “Parque Infantil do século XXI”, pois seriam os equipamentos atuais que mais se aproximam do conceito lúdico-pedagógico inserido como política pública nos primeiros Parques Infantis da cidade.

No caso dos parques infantis de Santo Amaro, a diferença na destinação final dos equipamentos demonstrou duas soluções opostas: o terreno do antigo Parque Infantil Borba Gato foi desmembrado em lotes para abrigar diferentes equipamentos públicos e foi totalmente fechado com muros em todo o perímetro das divisas e nos limites com as calçadas; e o terreno do antigo Parque Infantil Santo Amaro foi transformado em praça pública a frente do Teatro Paulo Eiró e, mais recentemente, em 2022, foi implantada uma nova praça na parte posterior do referido teatro.

As duas situações relatadas demonstram como a destinação dos terrenos impactou seu entorno imediato: a atual EMEI Borba Gato reflete a tipologia atual das escolas de ensino fundamental, com a edificação isolada e segregada do seu entorno, e por outro lado, o Teatro Municipal Paulo Eiró continua sendo uma referência urbana importante para a população santamarense, e foi utilizado recentemente na campanha da vacinação contra a Covid-19.

Considerações Finais

As políticas públicas educacionais refletem diretamente na organização do espaço e da ambiência escolar dos estabelecimentos de ensino, bem como na ocupação do território urbano onde as instituições estão implantadas. Assim, o equipamento educacional pode ser entendido como suporte físico da prática educacional e também como elemento de articulação e referência para o meio urbano onde está inserido. Os parques e recantos infantis que foram implantados e administrados entre os anos de 1935 e 1985, representaram o suporte físico de uma política pública que perdurou temporalmente por quatro décadas, um fato incomum na gestão pública brasileira e que pode ser considerado como um exemplo exitoso de uma política de estado e não apenas de um governo.

Os resultados da investigação demonstram a relevância da reflexão e discussão de se pensar e projetar os equipamentos urbanos, tanto de propriedade pública quanto de propriedade privada, em consonância com seu papel como elemento legitimador não apenas de sua função de prestação de serviços à população, mas também como elemento articulador e gerador de um lugar integrado com os espaços públicos e a comunidade local.

Referências

ACERVOS Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo. Disponível em: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/>. Acesso em 22 dez. 2022.

BERARDI, Maria Helena Petrilo. *Santo Amaro. História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1981.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONPRESP. *Resolução nº 4, 7 de outubro de 1993*. Abertura do processo de tombamento do Eixo Histórico de Santo Amaro. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>. Acesso em 11 dez. 2022.

CONPRESP. *Resolução nº 14*, 13 de agosto de 2002. Tombamento do Eixo Histórico de Santo Amaro. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>. Acesso em 11 dez. 2022.

CONPRESP. *Resolução nº 27*, 13 de agosto de 2014. Ajustamento do perímetro de Tombamento do Eixo Histórico de Santo Amaro. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RESOLUCAO-no-4.-1993-RESOLUCAO-no14-2002-RESOLUCAO-no27-2014.pdf>. Acesso em 11 dez. 2022.

DUARTE, Benedito Junqueira. Fotografia do Parque Infantil de Santo Amaro, 1938. *ACERVOS Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo*. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo. Disponível em: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/>. Acesso em 22 dez. 2022.

DUARTE, Maria Aparecida. Parques Infantis no Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. Prefeitura de São Paulo. Departamento de Cultural, nº 77, 1941.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*. Campinas, 1999, p.20. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400004. Acesso em: 30 nov. 2022.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. Carta para Mário de Andrade: 80 anos dos Parques Infantis. *Magistério*. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2015, p.5-9. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000400004>

GUIMARÃES, Germano. Como políticas públicas e projetos de inovação transformaram Medellín em referência mundial em urbanismo social. *Instituto Tellus*, 2022. Disponível em: <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/medellin-urbanismo-social/>. Acesso em 27 dez. 2022.

MEIO MILHÃO de crianças frequentaram os parques infantis no 1º semestre de 1950. *Jornal de Notícias*, 16 ago. 1950, p.4. Disponível em: <https://11nq.com/UKYBS>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MIRANDA, Nicanor. Plano inicial da secção de Parques Infantis. *Revista do Arquivo Municipal*. Prefeitura de São Paulo. Departamento de Cultural, nº 21, 1936. P. 95 – 98.

MIRANDA, Nicanor. Parques Infantis. Educação física: *Revista de esportes e Saúde*, nº 63, 1942. Disponível em: <https://encr.pw/7srwS>. Acesso em: 02 dez. 2022.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo, Anna Blume, FAPESP, 2002.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Uma contribuição para a pesquisa em história do paisagismo: os parques infantis e as ressonâncias da tipologia Reform Park em São Paulo. In: *Paisagens em Debate: revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente*. FAUUSP, nº 3, nov. 2005.

NOTAS E COMENTÁRIOS. Parques Infantis. *Correio Paulistano*, 28 jun. 1938, p. 5. Disponível em: <https://11nq.com/fleCK>. Acesso em: 30 nov. 2022.

OS PARQUES e recantos infantis, abrigos da criança paulista. *Correio Paulistano*, 24 jun. 1951, p. 46. Disponível em: <https://encr.pw/ZrpFo>. Acesso em 03 dez. 2022.

PARQUE infantil de Santo Amaro. *Correio Paulistano*, 26 jun. 1938, p. 50. Disponível em: <https://11nq.com/rzkME>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PARQUE infantil inicia o pré-primário. *O Estado de S. Paulo*, 3 set. 1968, p. 16. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680903-28650-nac-0016-999-16-not>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um pouco sobre a Cidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura e Mário de Andrade. *Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade*. Porto Alegre, 2015, p.28 a 43.

PREFEITURA inaugura praça Adelino Ozores Neto II, em Santo Amaro. Notícias, *Prefeitura da Cidade de São Paulo*. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-praca-adelino-ozores-neto-ii-em-santo-amaro>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RIBEIRO, B. Assistência médica à população prestarão os Parques Infantis. *Diário da Noite*, 2 de maio de 1952, p. 10. Disponível em: <https://acesse.dev/m1ZPj>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SÃO PAULO (Município). *Decreto nº 12.115*, 29 de julho de 1975. Disponível em: <https://acesse.one/5KKec>. Acesso em: 04 jan. 2023.

SÃO PAULO (Município). *Decreto nº 20.348*, de 5 de novembro de 1984. Consolida a criação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <https://acesse.one/BDTkE>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SERÃO AMPLIADOS e reformados os parques infantis de São Paulo. *Diário da Noite*, 25 mar. 1946, p. 3. Disponível em: <https://encr.pw/PKUkd>. Acesso em: 30 dez. 2022.

ZELLAUI, Gabriel. Fotografia do Parque Infantil de Santo Amaro, 1954. *ACERVOS Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo*. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo. Disponível em: <https://acesse.one/eOz6L>. Acesso em 22 dez. 2022.